

“léry et thevet: como falar de um mundo novo”¹

Michel Jeanneret*

*Tradução: Julio Miranda
Canhada e Mario Tommaso***

* Professor de Literatura Francesa do Departamento de Literatura Francesa na Universidade de Genebra, na Suíça e do Departamento de Línguas Germânicas e Românicas da Universidade Johns Hopkins.

** Júlio Miranda Canhada é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia Contato: juliocanhada@yahoo.com.br. Mario Tommaso é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV-USP). Contato: mariotommaso@gmail.com. Colaboração: Maria Elaine Andreoti.

Preâmbulo teórico

Configurada segundo vários modelos e solicitada, simultaneamente, pelo afluxo de fatos novos, a literatura geográfica do Renascimento se encontra dentro de inumeráveis fórmulas. Sob o risco de cristalizá-la em categorias simplistas, gostaria de mostrar que ela joga com certo número de possibilidades teóricas; pode combiná-las ou proceder, entre elas, a uma escolha.

1.0. Uma primeira distinção se inscreverá na extensão do campo de estudo e coincidirá com uma diferença de gênero literário: de um lado, o relato de viagem e, de outro, a cosmografia ou outras espécies de compilação. Lembremo-nos da oposição que faz Montaigne entre os *cosmógrafos*, que, “por ter essa vantagem sobre nós de terem visto a Palestina, (...) querem usufruir esse privilégio de nos contar notícias de tudo ao longo

do mundo” e os *topógrafos*, que fazem uma “narração particular dos locais onde estiveram”².

1.1. Inspirados pelos exemplos de um Marco Polo ou de um Cristóvão Colombo, muitos navegadores publicam a relação de suas próprias descobertas e impõem a seu texto os limites mesmos da experiência: tal região, tal povoação, tal horizonte particular, ampliado, quando muito, pelas observações colhidas durante a viagem. O campo de visão é deliberadamente parcial, e os limites de investigação, manifestados, entre outros, pelo uso da primeira pessoa.

1.2. Sobre a base de tais relatos, ou de qualquer outro documento, podem se elaborar, por outro lado, vastas sínteses. Viajantes completam seus conhecimentos diretos com materiais de segunda mão e visam a uma informação global. Eruditos de gabinete exploram relações livrescas, tradições orais e se propõem, frequentemente, a dar conta do conjunto de terras conhecidas. A compilação bebe, assim, em todas as fontes possíveis: tratados antigos, cosmologia medieval, lendas e maravilhas contribuem, na mesma medida em que as novas descobertas, para a edificação de um saber geográfico eclético, universal e precário.

2.0. Uma segunda distinção justificará as *intenções* e determinará duas categorias, que não coincidem necessariamente com as duas precedentes: textos descritivos e texto normativos.

2.1. Os autores do primeiro grupo, que chamarei “pragmáticos”, consideram a informação geográfica e etnográfica por seu valor próprio. Exploradores, mantêm-se disponíveis ao conjunto de fenômenos e lançam sobre o mundo, tanto quanto lhes seja possível, um olhar livre de preconceitos. Escritores, propõem-se à restituição precisa dos dados observados, descartando o quanto possível as especulações e interferências doutrinárias.

Suas obras se propõem sobretudo a servir de guias aos viajantes.

2.2. O segundo grupo, o dos “moralistas”, por outro lado, decifra a nova realidade em função de princípios a priori. A descoberta e seu relato operam então no interior de um quadro ideológico, que preside a seleção e interpretação dos fatos. A experiência é carregada de uma significação, torna-se o suporte de um discurso filosófico ou moral sobre o homem, a sociedade, o mundo. Essa leitura alegórica pode se aplicar, por sua vez, em duas direções opostas: ela adota o objeto distante como modelo e articula, a partir dessa norma, a crítica da realidade familiar; ou ela julga, ao contrário, o fenômeno novo com relação ao já conhecido, que serve de ponto de referência. Essas duas operações, uma centrífuga e outra centrípeta, originam uma nova subdivisão.

2.2.1. Nomeio a primeira atitude – condenação do aqui em nome do lá –, devido ao gênero que melhor a ilustra, “utópica”. O objeto da descoberta é interpretado à luz do mito, ou superestimado por ser integrado a um sistema idealista qualquer. O inédito é afetado por todas as perfeições, erigido em paradigma, motivando, como tal, a reprovação da realidade imediata. A geografia, da mesma forma que a história, fornece exemplos dignos de serem imitados. Mas essa sublimação é fundada por uma nostalgia: o novo é encarregado de repor um passado perdido, a origem oculta da humanidade. O país distante atualiza, então, aos olhos do viajante humanista, o paraíso do Gênesis ou a idade de ouro dos Antigos. A conquista do espaço equivale doravante a uma volta no tempo, na direção da pureza primitiva, com aquela diferença que os homens de ação sucedem aos poetas e a experiência sucede à especulação. A norma escapa aos livros para implantar-se no real. Desde o momento em que os devaneios sobre a inocência original e sobre o Bom Selvagem encarnam-se nas novas terras, a partida para o mar e a pesquisa etnográfica se tornam as garantias de um progresso moral. As viagens francesas

ao Brasil, entre outras, irão alimentar essa euforia primitivista e normativa. É assim que Ronsard, em sua *Ode contra a Fortuna*³, e Montaigne, no ensaio “Dos canibais”, juntam-se para celebrar, segundo as mesmas categorias míticas, o selvagem americano e para desmentir, por meio desse exemplo, a atualidade europeia.

2.2.2. A atitude inversa adota por critérios os valores ocidentais e julga do alto as demais civilizações. O observador pensa deter, a priori, a verdade e projeta sobre o novo objeto um saber rígido. Seus conhecimentos, crenças, costumes servem de apoio e favorecem um trabalho de anexação e simplificação. Mil fatores de intolerância e nivelamento – moral cristã, cultura humanista, exigências econômicas... – determinam então a interpretação. Essa perspectiva redutora é certamente a da maioria dos colonos e seus cronistas. Mas ela é comum e logo a encontraremos em André Thévet.

As duas operações que acabo de esboçar (2.2.1. e 2.2.2.) se opõem, mas no interior de um mesmo postulado, que relacionei à visão ideológica dos moralistas (2.2.). Em ambos os lados, o fato particular é interpretado em função de um código prévio. Eis por que podemos aqui renunciar a essa subdivisão e manter como essencial a grande distinção estabelecida inicialmente. De um lado os textos descritivos, que visam a restituir os fenômenos a sua singularidade (2.1.), e, de outro, os textos normativos, que julgam o aqui e o lá em função de valores a priori (2.2.). A primeira atitude está ligada à especificidade do objeto, como dessemelhante e irredutível. A segunda procede, ao contrário, por associações; ela levanta semelhanças ou antinomias, procura índices de continuidade, de afinidade, e reconstitui redes homogêneas: concepção unitária do mundo, que postula correspondências e se funda sobre uma visão analógica.

Essas categorias, sumárias, raramente se encontram em estado puro; entre elas se operam deslizamentos, diversas combinações são possíveis. Elas permitem, no

entanto, identificar escolhas significativas – o singular ou o universal, a descrição ou o normativo. Dois relatos de uma mesma expedição ao Brasil ilustram tais diferenças. Jean de Léry se detém estritamente ao gênero do relato de viagem (1.1.) e escolhe, portanto, a fórmula descritiva (2.1.). Mais livre em sua relação com a experiência direta, André Thevet, por sua vez, explora um conjunto de possibilidades; ele restitui suas próprias observações (1.1. e 2.1.), mas pretende simultaneamente abranger o conjunto das terras conhecidas (1.2.) e trazer sobre os fatos um julgamento moral (2.2.). Um se prende a fatos específicos e suficientes – ele inicia o discurso científico moderno –, o outro passa do singular ao universal – e representa, em geografia, um sincretismo ainda vivo entre os humanistas.

Thevet ficará no Brasil menos de três meses, de 10 de novembro de 1555 ao fim de janeiro de 1556; Léry, dez meses, de março de 1557 a janeiro de 1558. De sua viagem, Léry deixará dois relatos: em *As singularidades da França Antártica*, em 1557, e em sua *Cosmografia universal de 1575*⁴. Léry publicará sua *Viagem à terra do Brasil* apenas em 1578, para responder, segundo ele, às acusações e às inépcias de Thevet na *Cosmografia*; conhecerá, em vida, quatro reedições de sua obra. Utilizarei, para Léry, a versão lançada em 1580⁵ e, de Thévet, comentarei sobretudo o primeiro livro, *Singularidades*.

Jean de Léry

Durante sua estadia no Brasil, Léry se sentirá melhor entre os selvagens que nos arredores de Villegagnon. São acolhedores, humanos, calorosos, enquanto que o vice-almirante comporta-se como um bruto e engana a todos. A comparação *in loco* se volta contra os franceses. Ocorre mesmo a Léry, por entusiasmo, tomar a conduta dos indígenas por modelo e opô-la à corrupção europeia: é o discurso normativo, ou “utópico”, que Montaigne adotará. Se os brasileiros são felizes, é porque são inocentes e ainda próximos das origens:

Eles não bebem (...) nessas fontes lodosas, ou melhor, pestilentas, das quais escorrem tantos regatos que nos corroem os ossos, sugam a medula, enfraquecem o corpo e consomem o espírito (...), a saber, na desconfiança, na avareza que dela procede, em litígios e desavenças, na inveja e ambição. (p. 212)

Seu humor é sereno, sua moral é sábia, de modo que têm bastante a ensinar, em sua simplicidade, aos “daqui”. O devaneio sobre a idade de ouro e a autocrítica que ela permite afloram.

Em outras passagens, Léry inverte sua posição e, dessa vez, em nome de valores importados, julga a América. Ele reprova o canibalismo e denuncia, nos costumes guerreiros de seus amigos tupinambás, crueldades reprensíveis. Filia-se sobretudo às lições da religião cristã, que permanece para ele uma referência absoluta; deplora que os indígenas se obstinem na ignorância do único e verdadeiro Deus e, animado por seu zelo calvinista, manifesta, aqui e ali, intenções missionárias. Em muitos pontos, o observador arrisca tornar-se censor.

Tais indícios parecem testemunhar certo dogmatismo e denunciariam, em Léry, o gosto pelas simplificações ideológicas e perspectivas abrangentes. No entanto, o contrário é que é verdadeiro. Inicialmente, assinalaremos que ele não toma partido unilateralmente: a norma se desloca, a crítica pode ser dirigida à Europa e ao Brasil. Léry não é um homem de julgamentos absolutos nem de posições extremas. Eu relato, ele disse, “os prós e contras do que eu conheci enquanto estava entre os americanos” (p. 464). Ele pondera o aqui e o ali, recusa um exemplo por outro, renuncia a idealizar o que isso seja. Os indígenas nos superam em um ponto ou outro, “contudo, a fim de não torná-los melhores do que realmente são” (p. 430), ele se apressa em notar também seus defeitos. Eles são simultaneamente bons e maus, e os brancos, no final das contas, não são nem melhores

nem piores. Daí um jogo de equilíbrio em que os exemplos abundam. A nudez dos selvagens pode ser chocante, mas eles têm excelentes argumentos para justificá-la; e que dizer de nossos adereços, que muito incitam à luxúria? A antropofagia pode ser odiosa, mas é também um rito digno e cheio de sentido; além disso, para responder às “crueldades bárbaras” não temos “Maquiavel e seus discípulos” (p. 336), que provocam, “por aqui”, a violência e o ódio? Os Tupinambás não reconhecem nenhum deus e não têm culto, mas eles acreditam na imortalidade da alma e temem o diabo, de modo que eles não são piores do que os hereges ou os ateus europeus.

É surpreendente que um mensageiro de Calvino exhiba tal relativismo. Mas sua posição é ortodoxa, teologicamente fundamentada, e ele se explica. Ele acredita, um dia, ter convencido os indígenas a abandonar sua prática de vingança e o canibalismo

mas, antes que fôssemos dormir, nós os ouvimos cantar todos juntos que, para se vingar de seus inimigos, era necessário capturá-los e comê-los como jamais haviam feito antes. Eis a inconstância desse pobre povo, belo exemplo da natureza corrompida do homem (p. 413).

Conclusão importante, e perfeitamente calvinista. Se Léry rejeita as posições extremas, as ideologias e os mitos, isso é por causa do pecado original. O mal atinge todas as criaturas e desarma qualquer pretensão de exemplaridade. Porque eles fazem parte da queda, todos os homens são igualmente condenados à culpa, e a natureza não é menos corrompida aqui e lá. Se o selvagem não recebeu a Graça, como teremos certeza de que iremos recebê-la? Se Deus, independentemente dos nossos méritos, nos concede o dom gratuito da salvação, isso é um motivo para se orgulhar? Outro calvinista, Urbain Chauveton, escreveu no mesmo ano, sobre os americanos: “A Maldição, na qual essas Nações

estão envolvidas, não é outra coisa que a maldição comum, na qual todo o gênero humano se precipitou em primeiro lugar pela transgressão de Adão, depois pelos pecados que cada um lhe acrescentou”⁶.

Em nome do seu pessimismo teológico, Léry não dá razão nem aos selvagens nem aos Europeus. Seria essa uma razão para alardear, em sua investigação, distância, desprezo ou ceticismo. Ao contrário. O resultado prático da doutrina calvinista do pecado é aqui a tolerância e o sentimento de uma fundamental igualdade entre os homens – igualdade na reprovação e na incerteza da salvação. O calor fraternal de Léry para com os canibais e sua surpreendente disponibilidade intelectual se alimentam de uma visão protestante, ou agostiniana, do mundo.

O calvinismo de Léry é marcado também por sua fidelidade à Bíblia. Ele se refere a ela a todo momento e busca na experiência confirmação da mensagem divina. Poder-se-ia esperar, nessas condições, que a Revelação sirva de apoio para decifrar o mundo. Somente ela permite compreender e julgar, de modo que serviria como um paradigma e substituiria o mito, ou a norma moral, recusados há pouco. Os indígenas, por exemplo, contam que alguém no passado já tentou convertê-los. Para resolver o enigma, Léry remete-se espontaneamente à autoridade das Escrituras. Mas ele se apressa em acrescentar: “Contudo, temendo desviar o verdadeiro sentido, e para que não digam que eu relaciono coisas muito distantes, deixarei que outros o façam” (p. 417). Ele tem receio da especulação, defende-se de conjecturas inverificáveis e se apressa em voltar para seu habitual pragmatismo.

A Bíblia, porém, acompanha de fato Léry, mas alimenta uma atividade que não é epistemológica nem normativa. Deus não concede ao homem nenhuma certeza geral, e qualquer um que se utilize da Revelação para ter sobre o mundo um discurso científico ou dogmático sucumbe

ao orgulho. As questões que o Criador nos coloca por meio das coisas só podem permanecer, aqui embaixo, como questões. Reconhecemos aqui os traços de um ceticismo cristão que, de Erasmo a Montaigne, colore o pensamento religioso de numerosos humanistas. Léry ouviu dizer que nevava sobre as montanhas do equador; ele continua:

Concluindo, de minha parte, que isso é algo extraordinário, e uma exceção à regra da filosofia, acredito que não há solução mais certa a essa questão do que a que o próprio Deus afirma a Jó: quando (...) para lhe mostrar que os homens (...) não poderiam conseguir compreender todas suas obras magníficas, exceto a perfeição delas, ele lhe disse: (...) tu não és suficientemente sábio (pp. 517-518).

Se a fé não funda um saber definitivo, ela inspira, em vez disso, surpresa e maravilhamento. Deus pede-nos menos para compreender do que admirar as belezas da Criação. Ele não nos faz sábios, mas curiosos e entusiastas. Tal é a lição da Bíblia. Ao longo da África, o continente parece tão plano que o mar, em comparação, assemelha-se a “uma grande e apavorante montanha”; assim também, “lembrando-me do que a Escritura diz a esse respeito, eu contemplo essa obra de Deus com grande admiração” (p. 124). O estudo etnográfico, por sua vez, não será senão uma grande surpresa, em que a descrição alternar-se-á com a exclamação. Alhures, é a fecundidade da terra, o agrado do país, o esplendor das árvores e dos animais que suscitam o deslumbramento e desencadeiam a ação de graças. Em muitas páginas memoráveis, Léry explora todos os recursos do lirismo para nos convidar a suas caminhadas, para a alegria de suas descobertas e para nos fazer participar de sua prece de louvores:

Todas as vezes que a imagem desse novo mundo, que Deus me fez ver, se apresenta diante dos meus olhos; e que eu considero a

serenidade do ar, a diversidade dos animais, a variedade dos pássaros, a beleza das árvores e das plantas, a excelência dos frutos; e, de modo geral e breve, as riquezas com as quais esta terra do Brasil está decorada, imediatamente esta exclamação do Profeta no Salmo 104 me vem à memória:

Ó, Senhor Deus, que vossas diversas obras

São maravilhas para o universo mundo

Ó, que vós tudo fizeste com grande sabedoria!

Em suma, a terra está plena de vossa generosidade (p. 334).

Esse calvinismo reúne-se ao de um Du Bartas, que detalha as belezas do mundo *ad maiorem gloriam Dei* e combina sua atividade enciclopédica com a exaltação do Criador.

Nós alcançamos aqui o coração do método de Léry. Sua atividade fundamental, legitimada por Deus, é a do olhar. A relação que ele instaura com os fenômenos, durante sua viagem, é inteiramente comandada pelo olho. Em torno do verbo *ver*, constantemente repetido, organiza-se uma vasta rede semântica – imagem, espetáculo, observar, representar, mostrar – que exprime, conjuntamente, a relação do sujeito com o objeto, no próprio lugar, e depois sua maneira de relatar a experiência, a posteriori: “A minha intenção e meu assunto será [sic], nessa história, apenas declarar o que eu pratiquei, vi, ouvi e observei tanto sobre o mar, indo e vindo, quanto entre os selvagens Americanos” (p. 105).

A primazia do olhar traz consigo, no método, vários pontos essenciais. Se a observação e sua restituição fiel são operações suficientes, de imediato segue-se que o fato singular e o simples evento podem ser transmitidos

sem qualquer justificação. Um bom relato de viagem, para Léry, se propõe antes de tudo a uma informação exata e pontual. Generalizar a experiência às custas do fato particular é cair no incerto e no inverificável. Presentimos tão logo um outro princípio, amplamente reivindicado: a superioridade absoluta da prática sobre a teoria. Mesmo se a hierarquia humanista privilegia um saber livresco, mesmo se alguns viajantes consideram-se filósofos, Léry falará da experiência imediata. A especulação e a conceitualização não o tentam. Ele se orgulha de ser um homem de ação; repete incansavelmente que o seu empirismo vale mais que todas as opiniões do mundo e basta para invalidar as ideias recebidas dos eruditos. Assim, a respeito do parto dos marsuínos⁷:

Se alguém quiser argumentar esse fato acreditando mais nos livros do que naqueles que dele tiveram experiência, ainda assim não pretendo que mude de opinião, do mesmo modo que ninguém me impedirá de acreditar naquilo que eu vi (p. 133).

Ou então: “mas de fato eu peço que, em vez de apegar-se à opinião de quem quer que seja, não me alegue jamais qualquer razão contra a experiência de uma coisa” (p. 142). E ainda, segundo a própria lógica de seu projeto, ele deve oferecer o meio pelo qual suas declarações podem ser verificadas. É com esse espírito que constrói, por exemplo, “o Catálogo de vinte e duas aldeias onde estive e frequentei familiarmente os selvagens americanos”, para que os que estiveram no Brasil “julguem melhor e mais rapidamente os discursos que fiz acima” (p. 502).

A necessidade da experiência pessoal leva a outra consequência: ela investe o sujeito de um papel fundamental. O que não apareceu no seu campo de visão não poderia, em princípio, ser relatado. Nenhuma surpresa, então, que a *Viagem ao Brasil* seja

essencialmente um relato em primeira pessoa. O outro não aparece senão filtrado pelo eu; o *ele* é fatalmente mediado pelo *eu*. Esse testemunho dificilmente é desviado. A informação geográfica ou etnográfica nunca é anônima; ela é fundada sobre a participação íntima do sujeito; emerge de cenas vividas, mistura-se a anedotas e lembranças. Por isso a reivindicação de objetividade deve ser atenuada. O engajamento pessoal pode mesmo ser tão intenso que a percepção afetiva assume, por vezes, a dianteira; o sentimento – admiração, medo, reprovação, ternura, nostalgia... – recobre então o fato concreto e o modifica. Um dos encantos de Léry é, precisamente, a alternância da observação rigorosa e a adesão apaixonada.

Desconfiança pelas sínteses, pragmatismo, jogos de sujeito e objeto: atesta-se a afinidade de Léry e Montaigne. Outro ponto de aproximação: “*Distinguo* é o membro mais universal da minha Lógica”, dizem os *Ensaíos* (II,1). Léry se esforça, também, para respeitar a diferença. Enquanto numerosos viajantes tendem a neutralizar a novidade no já conhecido, a desarmar a singularidade pela semelhança, ele quer dar uma chance ao dessemelhante e se compraz em sublinhar sua estranheza:

Assim como declarei mais acima que não há animais de quatro patas, pássaros, peixes, nem animais na América que em tudo e por tudo sejam semelhantes àqueles que temos na Europa; e também que, de acordo com o que eu cuidadosamente observei nas idas e vindas pelas florestas e campos daquele país (...) não vi árvores, plantas nem frutos que se diferenciassem dos nossos (pp. 333-34).

Falar do mundo é inventariar diferenças e mostrar ideias claras e distintas. Isso não supõe que o Novo Mundo não tenha relação com o Antigo: a percepção da alteridade opera no interior de um sistema no qual a realidade familiar funciona como ponto de referência. O

dessemelhante é necessariamente relativo e é apreendido por comparação. O viajante não se desloca esquecendo o que deixa atrás de si, mas marcando as oposições e fazendo prevalecer desvios significativos.

Se a diferença postula uma relação e se inscreve no interior de uma visão de mundo claramente estruturada, ela expulsa, no entanto, a partir do momento em que se impõe como princípio de explicação único, a noção de uma ordem global e, com ela, toda a antiga representação do universo. No sistema diferencial e empírico de Léry, a trama mágica do cosmos está rompida; o cristão explora um mundo ainda harmonioso, porque reflete o divino, mas já heterogêneo. Deus não se deixa perceber nas simpatias e não garante, entre as coisas, nem continuidade nem coerência. Ele prodigaliza, ao contrário, uma infinita diversidade de invenções, que escapam às analogias e às afinidades ocultas. A viagem revela o outro, atualiza o descontínuo, põe em causa a ordem necessária e a unicidade profunda do universo. Nenhuma semelhança, nenhuma atração dão mais conta da identidade das coisas, confinadas em sua irreduzível diferença. A similitude é denunciada como um agente de erro e substituída pela consciência da alteridade universal. Os postulados unitários, fundados sobre solidariedades secretas, são descartados em benefício da experiência e do discernimento. Os fenômenos podem ser comparados, podem ser classificados, mas sem necessidade interna, como tantas realidades contingentes e experimentais. Sabemos o resultado dessa mutação: está em germe nada menos que o colapso do pensamento analógico⁸.

A visão diferencial leva, no plano do estilo, a duas consequências importantes.

Uma literatura do olhar se realiza por meio da descrição. Enquanto a perspectiva analógica, fundada sobre similitudes ou afinidades, se exprime em voltas metafóricas, a atenção ao singular postula, ao contrário, um

texto literal, cujos termos, unívocos, designam o objeto sem ambigüidade. Os tropos implicam correspondências, justamente o que Léry deseja evitar. Eis porque, no *Prefácio*, ele declara endereçar-se “àqueles que amam mais a verdade simplesmente dita que a mentira ornada e disfarçada de bela linguagem” (p. 98). Isso significa dissociar-se, com toda a clareza, da tradição mágica, que justamente oculta o fato concreto em um tecido de relações e a ele confere ressonâncias simbólicas em que o referente se esconde.

À autonomia dos fenômenos, no plano de visão, corresponde então, no nível literário, um resultado de igual alcance: a dignidade do discurso literal e da descrição simples, tradicionalmente relegados ao gênero baixo. Porque Deus afiança o valor do singular, o livro se contentará em descrever. Léry, como escritor, explora de modo tão feliz os recursos do vocabulário concreto, se detém com tanta atenção ao detalhe das aparências, de fatos e gestos, que os etnólogos reconhecerão nele um mestre, pela precisão de sua informação documentária. Não há imprecisões ou omissões. Quer se trate de animais ou da vegetação, dos costumes alimentares ou das práticas guerreiras, está presente, a cada página, a mesma vigilância, a mesma qualidade da observação respeitosa diante da realidade tal e qual.

A descontinuidade do mundo coloca ao escritor um último problema. Se as coisas não estão dispostas entre elas segundo uma ordem preexistente e necessária, qual partido tomar na organização do livro? O desaparecimento da analogia levanta a questão da classificação. Desde o momento em que os fenômenos não mais estão reciprocamente implicados, eles devem ser ordenados segundo um novo princípio, empírico ou lógico, mas certamente liberado das hierarquias espirituais. Essa ordem imanente, cabe ao escritor estabelecê-la. Ora, Léry, precisamente, problematiza a busca da *dispositio*, ao ponto de falar disso constantemente. É um aspecto espantoso de sua prosa que ela comente regularmente

seu próprio caminho, explicita a ordem de suas sequências, multiplique reenvios internos e, em intervalos regulares, resuma as etapas percorridas.

Com certeza o resultado é um plano de perfeita limpeza, muito cuidadoso, muito consciente de si mesmo. A listagem etnográfica procede segundo categorias bem definidas: fauna, flora, depois os costumes, eles próprios subdivididos em capítulos claramente delimitados: a guerra, a vingança, a religião, o casamento etc. Quanto ao restante, a ordem, linear, é modelada pelo desenrolar da experiência. Léry segue desde o início o avanço cronológico de suas descobertas e depois, engajado na descrição, situa os fenômenos segundo sua contigüidade no espaço, à medida que o olhar progressivamente dele se apodera. Assim: “Eis então as casas de nossos selvagens, prontas e mobiliadas, porque agora chegou o tempo de vê-los em suas moradias” (p. 449). O texto justapõe os elementos segundo sua posição empírica e restitui, tanto quanto possível, o quadro espaço-temporal em que foram percebidos. De modo que, mesmo na disposição de seu livro, Léry toma partido pelas categorias claras e distintas, pelas relações pragmáticas e contingentes.

André Thevet

As *singularidades da França Antártica* é apresentada como um relato de viagem, ordenada também conforme as três etapas seguidas pela obra de Léry: travessia, estada com os tupinambás, retorno à França. Se Lévi-Strauss celebra a *Viagem à terra do Brasil* como o “breviário do etnólogo”, Alfred Métraux, por sua vez, dá grande importância à documentação de Thevet e não entra em questão de minimizar seu valor⁹. Os capítulos sobre o Brasil, particularmente sobre a religião e a magia dos indígenas, fornecem uma informação detalhada e testemunham uma curiosidade, uma atenção

ao terreno, que igualam com frequência as qualidades de Léry. Mas a grande diferença é que Thevet não se retém nem ao campo limitado do relato de viagem, nem à pura observação de dados empíricos, nem a um projeto simplesmente descritivo. Ele é, também e sobretudo, um cosmógrafo¹⁰: quer conheça ou não, pretende, porém, abarcar o mundo inteiro e não submete seu repertório a qualquer restrição. *Singularidades* recorre sucessivamente a dois métodos: assim como a relação sobre o Brasil refere-se a coisas vistas, e com um certo rigor, as duas viagens (pp. 43-113, de ida; pp. 210-306, de retorno, seja quase dois terços do livro na edição de Lestringant [1994]) servem de pretexto a um discurso expansivo em que a distinção da experiência e do ouvir-dizer, do fato singular e das perspectivas globais se confundem. Para acusar o contraste com Léry, geralmente se apegarão ao fato de que a segunda fórmula deixa transparecer, em Thevet, o cosmógrafo sobre o investigador, o compilador sobre o etnólogo. Aliás, não se procurará distinguir o que pertence propriamente a Thevet e o que resulta da colaboração do livreiro Ambroise de la Porte e do “negro” Mathurin Héret.

Destinada à observação imediata dos horizontes mais distantes, a relação de viagem, na obra de Thevet, obedece com rigor a um princípio de dilatação sem limites. A cada etapa, o texto se distende para abarcar o conjunto do continente do entorno e mobiliza, para completar a experiência, uma vasta erudição livresca. O navegador percorre, na ida, as costas africanas: é a ocasião de discorrer sobre o conjunto da região, sobre as raças negras e a estranheza de suas práticas. Pouco a pouco, a visão se alarga logo ao Extremo Oriente, onde ela se demora, a tempo de algumas aproximações. A rota do Oeste invoca e implica a rota do Leste, ainda que a atenção, raramente focalizada, englobe as terras mais diversas. Na volta, após uma longa parada no Brasil, o livro retoma suas extrapolações para cobrir dessa vez o conjunto da América e as regiões do Pacífico. Thevet se interessa pelos progressos da colonização, sobre a qual

dispõe de uma boa informação, e registra de bom grado as descobertas dos espanhóis e dos portugueses. Ele segue Magellan em seu périplo, relata uma expedição à Amazônia, conduz seus leitores ao Peru, depois ao México e à Flórida; inclui algumas páginas sobre as Antilhas e finalmente o Canadá, do qual lhe falou, segundo ele, seu amigo Jacques Cartier.

Thevet pontua esse percurso cosmográfico de observações acerca da superioridade da experiência: *topos* estranhamente desvalorizado. Já nos capítulos sobre o Brasil, os mais documentados, a extensão da informação parece pouco compatível com uma estada de dois meses e meio. As fontes secundárias – encontros, ouvir-dizer, leituras – deveriam completar a observação direta. O próprio objeto do discurso, nessas páginas – as “Américas”, os “Selvagens” –, resta frequentemente indeterminado: Thevet retorna às populações específicas que ele visitou ou, por deslize metonímico, aos Índios em geral, aqueles que ele conhece e aqueles que ouviu dizer? Quando se refere, em outras passagens, à África, à Ásia e ao resto da América, a incerteza não é mais permitida: à evidência, ele adiciona uma imensa erudição que empresta de todo o tipo de autoridade. Sob o texto se percebem camadas, profundas e persistentes, estratos de cultura e de leitura, de filosofia escolástica e de ciência humanista. As relações dos viajantes ou as lendas que elas suscitaram, os livros dos modernos e dos antigos; tudo é bom para completar as lacunas e apreender o mundo em sua totalidade.

Entre a prática pessoal e o saber mediado, entre as diferentes fontes exploradas alternadamente, Thevet, aliás, distingue mal. Ele passa, indiferentemente, em sua exposição, da certeza à opinião, do fato verificado à conjectura, como se o estatuto do verdadeiro e do verossímil fossem equivalentes. O testemunho livresco de um Aristóteles, de um Plínio, de um Ptolomeu, é citado do mesmo modo, e carregado do mesmo crédito, que a própria experiência. Em acordo com os princípios da *imitatio*,

Thevet se apropria do saber de outros e o absorve como se fosse seu. Disso resulta uma ambiguidade quase constante sobre a origem de sua informação. A identidade do investigador é apenas esporadicamente precisada. Se Thevet se põe de bom grado em cena, às vezes como sujeito observador, frequentemente como sujeito conhecedor, está longe de encenar em papel tão importante quanto o de Léry em sua narrativa. Em páginas inteiras ele se apaga, se confunde a outros testemunhos e adota um discurso impessoal, em que o objeto parece existir em si, independentemente do olhar que o capta.

A instabilidade do sujeito, a multiplicação das referências e das fontes implicam igualmente uma segunda escolha fundamental do cosmógrafo. Ele se propõe não apenas a mensurar o mundo inteiro, mas pretende também servir à causa da verdade científica. Pois Thevet aspira a um saber global e trabalha, por meio de suas viagens, para o progresso da filosofia natural. Pesquisa totalizante, em que a contribuição do indivíduo é encoberta normalmente na massa de conhecimentos adquiridos. O fato em si não tem interesse, e a descrição deve conduzir a outra coisa além de uma ciência puramente fenomenal. Tal dado singular, sem valor próprio, demanda que seja religado às suas causas e consequências, aos seus prós e contras longínquos; ele deve ser decifrado como o signo de uma realidade bem mais vasta, como uma articulação em um sistema que somente lhe confere pertinência. Para falar do mundo, o filósofo deve, portanto, conhecer as leis ocultas que governam a natureza. Ele procede por dedução e dirige sua investigação em função das categorias prévias, em que o fato novo deve ocupar seu lugar. Trata-se menos de observar que de explicar: como dar conta da negritude? Qual é a origem de tal doença? Dos tremores de terra do Canadá? Há sempre meio de encontrar, nos livros, na herança clássica, nos sistemas de outros cosmógrafos, uma teoria qualquer, de modo que os empréstimos se acumulam. Desde o início, por exemplo, Thevet se interessa pelas etimologias, que lhe fornecem associações inesperadas, significações suplementares,

assim como explicações sem relação com a materialidade dos fatos.

De acordo com a fórmula antiga, o viajante é, pois, um sábio enciclopédico, um filósofo, um espírito universal. As consequências dessa definição são numerosas. Eu darei conta de algumas delas.

Guiado em sua pesquisa por amplos conhecimentos a priori, Thevet percorre o mundo para encontrar nele confirmação do já conhecido e verificar a justeza dos sistemas tradicionais. Quaisquer que sejam suas reivindicações de prático, ele *inventa*, no sentido latino, reconstitui os elementos de um saber imutável, de modo que suas referências aos homens e às coisas, fortemente determinadas, beiram a intransigência. Tal qual Léry era respeitoso e curioso da novidade, Thevet, por sua vez, evidencia às vezes sua rigidez e estreiteza. Em nome dos valores europeus e das luzes da fé, ele se traveste de juiz e, para qualificar os Índigenas, acumula epítetos de desprezo. Ele nem chega a temer generalizar seu requisitório a toda América, que, por exemplo, segundo ele:

é habitada (...) de pessoas maravilhosamente estranhas e selvagens, sem fé, sem lei, sem religião, sem nenhuma civilidade, mas vivendo como bestas irracionais, de acordo como a natureza as produziu, comendo raízes, vivendo sempre nus, tanto homens quanto mulheres, até o momento, talvez, em que eles serão frequentados pelos cristãos, quando poderão pouco a pouco se desfazer dessa brutalidade para assumir modos mais civilizados e humanos. Por isso nós devemos louvar afetuosamente o Criador, que nos esclareceu as coisas, não nos deixando assim rudes como esses pobres Americanos (p. 122).¹¹

Não há traços, aqui, de um discurso crítico sobre si mesmo. A Revelação funciona como um foco de intolerância e legitima a colonização em seus piores excessos. Thevet cita com admiração as conquistas espanholas sem exprimir, com relação aos métodos empregados nestas, a menor reserva.

Mas o papel essencial, nessa empresa totalitária, retorna ao pensamento analógico. Falar do mundo, para Thevet, não se trata de detalhar a diversidade, como o fazia Léry, mas buscar revelar a unidade secreta que associa todas as coisas entre si. Sob sua aparência heterogênea, o cosmógrafo revela semelhanças, índices de continuidade, signos de um desenho universal. Sua tarefa, portanto, reside em traçar paralelismos e estabelecer todas as comparações possíveis. Nisso ele não falha. Os brasileiros estão nus? Mas muitos outros povos também estão, o que testemunha, todos juntos, um fenômeno sem fronteira. Uma alta montanha chama a atenção? Ela está relacionada a outros picos, sob outros céus, e uma exposição sobre os pontos culminantes da terra é esboçada. Das similitudes às aproximações desprendem-se constantes, o mundo se estreita. Aliás, a rede analógica não se estende apenas através do espaço; ela se inscreve também na dimensão temporal, revela permanências, repetições, e nega a evolução histórica. Os antigos fornecem aqui um ponto de referência largamente citado para estabelecer que o presente reproduz o passado, como se todas as épocas se assemelhassem e comunicassem entre si. Uma exploração na Amazônia, por exemplo, conduz a uma série de considerações sobre os amazônicos do presente e do passado, e a ligações que legitimam sua identificação.

Em suma, tudo se implica e se toca; as associações se sucedem em cascata, ditadas pela busca de unidade e coerência. Seria necessário citar aqui algumas páginas, nas quais os encadeamentos se articulam até o ponto de criarem, através do espaço e de uma época a outra, verdadeiros microcosmos. Tantas correspondências de fato postulam uma concepção mágica do universo, e

Thevet se alinha abertamente à velha doutrina das atrações secretas entre as partes do grande Todo: “É certo que há alguma simpatia entre as coisas e alguma antipatia, que não se pode conhecer senão por uma longa experiência” (pp. 88-89).

Um último problema permanece: como dar conta, na linearidade do texto, desse vasto labirinto? Como ordenar o discurso proliferante da cosmografia? Há poucas chances de que a experiência, em parte desacreditada, baste para ditar o plano do livro. Ela provavelmente oferece um eixo diretor, tanto cronológico quanto narrativo, que sustenta o conjunto da composição; ela propõe, na investigação sobre o Brasil, conjuntos muitas vezes coerentes. Resta que o discurso, quando abarca os mais largos horizontes, é constantemente quebrado por desenvolvimentos analógicos, que escapam ao princípio de sucessão e contiguidade. Thevet é conhecido por suas digressões. É inútil fazer-lhe uma censura, já que elas decorrem necessariamente de sua visão de mundo. A menor afinidade conduz a exposição sobre uma via lateral; basta uma comparação, que pede que seja explicitada e talvez leve a outras, para que o texto comece a proliferar. As similitudes inflam o discurso, estendem-no em camadas horizontais, à mercê de paralelismos orgânicos que nada, na lógica de semelhanças, permite limitar.

Compreende-se assim porque o livro oscila entre dois princípios de construção. Ele procede linearmente, porque o narrador conta sua viagem, e, ao mesmo tempo, procede por digressões, porque cada fenômeno pode ser relacionado a uma família analógica. Dessa tensão resulta um percurso tortuoso, uma disposição frequentemente confusa, segundo a imagem do mundo compacto e da visão global de Thevet.

Conclusão

Através da oposição entre Léry e Thevet, coloca-se um problema de grande alcance: trata-se da visão de

mundo no Renascimento; está em questão o problema da epistemologia, segundo as categorias propostas por Michel Foucault¹².

Mesmo que se proponha a transmitir os conhecimentos adquiridos empiricamente e se apresente como um homem novo, André Thevet ilustra um método ainda ativo, já envelhecido, em meados do século XVI. As analogias que, aos seus olhos, estreitam o mundo, as ligações de simpatia e de continuidade que lhe permitem postular a universal solidariedade entre as coisas, tudo isso contribui para a sobrevivência de uma visão unitária e perpetua um saber tradicional.

A atitude de Léry testemunha um movimento, simultâneo, de ruptura. Independente dos sistemas prévios, liberta dos mecanismos da semelhança, ela participa de uma exigência científica nova, que busca captar a identidade própria das coisas. A natureza deixou de ser um grande Todo, de percorrer relações ocultas, para ser percebida como uma coleção de objetos justapostos. Não que o observador tenha se entregado a uma total heterogeneidade. Se os fenômenos não são mais ligados por uma semelhança necessária, eles ao menos se deixam comparar e ordenar. Mas o propósito é, doravante, distingui-los, apreendê-los em sua diferença. A ciência não verifica mais o já conhecido; ela procede empiricamente e determina conjuntos discretos, dos quais respeita a singularidade.

Essa oposição, é verdade, permanece bem sumária. Ela fornece pelo menos um modelo e permite talvez esboçar, avistada com muita distância, a sucessão de duas epistemologias – Renascimento e idade clássica. Mas ela demonstra também o perigo da compartimentalização temporal, dado que o século XVI não é redutível ao primeiro método e que, na realidade, os dois modos de conhecimento se suporõem; a simultaneidade de nossos dois autores bastaria para comprová-lo¹³.

Há mais. Nem Léry, nem Thevet, convocados a todo o momento como testemunhas de duas posições inversas, coincidem totalmente com seu papel. Eu já disse que as escolhas de Thevet não são simples e que *As singularidades* reúnem muitas fórmulas. O cosmógrafo não se priva nem dos postulados filosóficos nem da exposição de um saber enciclopédico; mas ele maneja também o lugar da experiência direta, e sua investigação sabe restituir, quanto limita seu ponto de vista, a especificidade dos fatos.

A ironia é que Léry, por sua vez, evolui no sentido contrário. As variantes que ele faz nas últimas edições da *Viagem* (1585, 1599, 1611) tendem claramente a reabilitar a dimensão cosmográfica. As adições são de duas ordens¹⁴. Por meio de numerosas citações de autores greco-latinos, em que desenvolve uma ampla cultura humanista, Léry opera de início uma série de aproximações entre a observação imediata e os costumes antigos. Ele autentifica o presente através do passado; funde os dados empíricos e as fontes livrescas. Mas, sobretudo, se as épocas se repetem, os continentes, por sua vez, assemelham-se. Léry se alinha a um projeto, inesperado, de “conferência” entre os povos do mundo. Ele explica, na *Advertência* de 1611, que consultou numerosos geógrafos – e cita seus nomes – para revelar paralelos entre nações e reestabelecer a unidade fundamental da Criação. Ele se volta, assim, à autoridade de outrem e ostenta, ainda aqui, uma vasta erudição. Desse modo demonstrará, diz ele: “a conformidade dos americanos com os africanos”; “por isso nossos brasileiros são conformes aos povos da Flórida e da Virgínia”; relatará “que o que se vê na Ásia, Calecute e Ilhas Orientais é conforme ao que se vê no Brasil”. Ele não nega que “as diversas nações que habitam as quatro partes do mundo (...) sejam muito diferentes”, mas busca realizar uma vasta síntese, a fim de “reconciliar, em alguma medida, os povos que agora cobrem toda a face da terra”.¹⁵

O perfil de nossos dois autores se confunde e seus sistemas se misturam. Minha intenção não era apresentar Léry e Thevet cada um por si, mas fazer dialogar dois métodos e mostrar, por meio do exemplo deles, que a literatura de viagem, no século XVI, hesita entre dois polos. Especulação e prática, atração pelo mesmo e conquista da diferença, integração e continuidade, esses postulados existem simultaneamente e, por sua tensão, testemunham a instabilidade epistemológica que naquele momento reina.

Referências bibliográficas da apresentação

ATKINSON, Geoffroy. *Les nouveaux horizons de la Renaissance française*. Genebra: Slatkine Reprints, 1969.

CANDIDO, Antonio. *Introdução à Literatura Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

CHINARD, Gilbert. “Un moraliste voyageur: Léry”. In: *L'éxotisme américain dans la littérature française*. Genebra: Slatkine, 1978.

DAHER, Andrea. *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O índio brasileiro e a revolução francesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

JEANNERET, Michel. “Léry et Thevet: comment parler d'un nouveau monde?” In: LESTRINGANT, Frank e GOMEZ-GÉRAUD, M. C. (orgs.). *D'encre de Brésil*. Orléans: Paradigme, 1999.

LEITE, Francisco R. “Jean de Léry, viajante de singularidades”. Separata da *Revista do Arquivo* n. CVIII, São Paulo, Departamento de Cultura, 1946.

LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. Texto estabelecido por Frank Lestringant a partir da 2ª edição (1580). Paris: Librairie Générale Française, 1994.

_____. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução de Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

LESTRINGANT, Frank. *Jean de Léry ou l'invention du sauvage*. Paris: Honoré Champion, 2005.

_____. “É necessário expiar o renascimento? A abertura antropológica do século XVI”. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092009000100012&script=sci_arttext>. Acesso: 20 mar. 2011.

_____. GOMEZ-GÉRAUD, M. C. (orgs.). *D'encre de Brésil*. Orléans: Paradigme, 1999.

MONTAIGNE, Michel de. “Dos Canibais”. In: *Ensaíos*. Porto Alegre: Globo, 1962.

THÉVET, André. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

Notas

1 Versão modificada do estudo de Michel Jeanneret publicado em *Mélanges à la mémoire de Franco Simone*, 1. IV: *Tradition et originalité dans la création littéraire*, Genebra, Slatkine, 1983, pp. 227-245. [O texto utilizado para esta tradução foi retirado do livro *D'encre de Brésil*. Os direitos foram gentilmente cedidos por Frank Lestringant, Marie-Christine Gomez-Géraud e Bernard Legrand – Éditions Paradigme. Referências completas constam na bibliografia da apresentação, ao final desta seção (N. T.).]

2 Montaigne, *Les Essais* (I, 31); éd. P. Villey, Paris, PUF, 1965, p. 205. Optamos por fazer a tradução livre dos excertos de Michel de Montaigne, Jean de Léry e André Thevet, mas as quatro obras mencionadas (*Ensaíos*, *Cosmografia Universal*, *As singularidades da França Antártica* e *Viagem à terra do Brasil*) podem ser encontradas integralmente traduzidas em língua portuguesa (N. T.).

3 Optamos por traduzir os nomes das obras citadas no texto para facilitar a leitura. Entretanto, nas notas de referência que seguem, eles estarão conforme constam no texto em francês (N. T.).

opiniões

4 Ver *Le Brésil d'André Thevet. Les Singularités de la France Antarctique (1557)*, éd. Frank Lestringant, Paris, Chandeigne, 1997. Suzanne Lussagnet, em *Les Français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI^e siècle*, t. 1: *Le Brésil et les Brésiliens, par André Thevet*, Paris, PUF, 1953, publica os capítulos sobre o Brasil da *Cosmographie*.

5 É a que consta da edição de Frank Lestringant, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil (1578)*, Paris, Le Livre de Poche, "Bibliothèque classique", 1994. Cito, daqui em diante, essa edição.

6 Chauveton acrescenta: "Deus não descobriu essas Terras novas de nosso tempo sem grande razão (...) ele desejou que aprendéssemos, na pessoa desses povos selvagens, que se trata de nossa própria Natureza, quando está destituída do conhecimento de Deus; e, por assim dizer, fazer-nos olhar na face do outro. Pois que somos nós, senão o que aqueles são? Pobres cegos, inteiramente nus, idólatras, desprovidos de todo bem, de razão, de inteligência, de civilidade, de polidez, de Religião: de onde vem tudo isso, senão daquele para quem não há trevas? Deus quis mostrar-nos isso em outro". (Prefácio à tradução de G. Benzoni, *Histoire nouvelle du Nouveau Monde*, Genève, E. Vignon, 1579). Esses fragmentos são citados e analisados por A. Dufour em "Quand les Genevois commencèrent-ils à s'intéresser à l'ethnographie?", dans *Mélanges Pittard*, Brive, 1957, pp. 141-149.

7 Em linguagem corrente, toninhas, da família dos golfinhos (N. T.).

8 Ver, contudo, a última página deste artigo. O estudo de Frédéric Tinguely recolhido neste volume, "Jean de Léry et les vestiges de la pensée analogique", escrito após este, convida com razão a nuançar minha proposta sobre esse ponto.

9 Claude Lévi-Strauss, *Tristes Tropiques*, Paris, 10/18, p. 64. Ver também a entrevista, "Sur Jean de Léry", no início da ed. Lestringant (ver nota 3). De Alfred Métraux, ver principalmente *La Religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani*, Paris, E. Leroux, 1928.

10 Ele também viajou ao Oriente Próximo (ver sua *Cosmographie de Levant*) e foi designado como Cosmógrafo do Rei. Ver Frank Lestringant, *André Thevet, cosmographe des derniers Valois*, Genève, Droz, 1991, e *L'atelier du cosmographe ou l'image du monde à la Renaissance*, Paris, Albin Michel, 1991.

11 Ronsard, que no entanto conhece Thevet e o cita com louvores, reconhece nos brasileiros, por outro lado, uma sobrevivência da idade de ouro: ver *Discours contre Fortune à Odet de Colligny Cardinal de Chastillon (Oeuvres complètes*, ed. Laumonier, t. X, pp. 16-38).

12 Ver *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966.

13 É aqui que o recorte de Foucault aparece como contestável. O exemplo de Rabelais permite a mesma demonstração: ver F. Rigolot, "Cratylysme et Pantagruélisme: Rabelais et le statut du signe", in *Études rabelaisiennes*, 13, (1876), pp. 115-32.

14 Segundo as variantes recolhidas por F. Lestringant na ed. citada (ver nota 15).

15 *Ibid.*, pp 598-600. Ver também a lista de "Livres et auteurs alleguez em ceste Histoire de l'Amérique", *ibid.*, pp. 608-609.